



Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças
refugiadas em Portugal

Ana Jesus

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Maria Rosa Tomé

Coimbra, Novembro 2015

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

ANEXOS

Anexo 1

Figura 2. Ações para o sucesso da integração de refugiados

Aulas de Língua Portuguesa obrigatórias durante o período em que os reinstalados se encontrem a residir no Centro de Acolhimento	As aulas deverão ter início imediatamente após a sua chegada ao Centro. Dever-se-á apostar em aulas individualizadas ou em pequenos grupos, tendo em conta a nacionalidade, a idade, o nível de habilitações e a experiência profissional dos indivíduos. Tendo em conta a falta de assiduidade dos reinstalados e a ausência de consciência, pelo menos numa primeira fase, da importância que este apoio assume na sua integração, propomos que a frequência das aulas de língua portuguesa seja obrigatória, enquanto se encontram a residir no Centro. Relativamente à carga horária, deverão ter aulas 3 vezes por semana, num total de 3 a 6 horas semanais.
Atividades socioculturais	Enquadradas nas aulas de português ou nas atividades de ocupação de tempos livres promovidas pelo Centro de Acolhimento.
Apoio regular da técnica da UNIVA do CPR	É essencial realizar um balanço das competências sociais, profissionais e ou outras, procurando identificar áreas de interesse, de motivação, etc. E criar e fomentar hábitos de trabalho, cumprimento de horários, etc., adaptados à realidade portuguesa.
Integração dos reinstalados (entre os 3-6 meses após a sua chegada ao Centro de Acolhimento)	Integração dos reinstalados nas empresas ou instituições de carácter social, enquadrados em actividades de voluntariado ou em estágios não remunerados.

Fonte: Adaptado de Conselho Português para os Refugiados RP (2008). *Programa De reinstalação: reflexões sobre a sua operacionalização*. Lisboa: CRP.

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Anexo 2

Figura 3. Sistema público de Segurança Social (subsistema previdencial, de solidariedade e de proteção familiar) e sistema de ação social

Sistema público de Segurança Social	Visa garantir aos respetivos beneficiários o direito a determinados rendimentos traduzidos em prestações sociais exigíveis administrativa e judicialmente
--	---

Subsistema previdencial	Subsistema de solidariedade	Subsistema de proteção familiar
<p>Nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice, morte ou noutras situações de riscos sociais, visando substituir os rendimentos da atividade profissional perdidos.</p> <p>Regime contributivo, tendo por base uma relação direta entre a obrigação legal de contribuir e o direito às prestações.</p>	<p>Nos casos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta ou insuficiência de recursos económicos de indivíduos e dos agregados familiares para a satisfação das suas necessidades essenciais para a promoção progressiva da sua inserção social e profissional de recursos (prestações de rendimento social de inserção); Invalidez, velhice, morte (pensões); Insuficiência de prestações substitutivas dos rendimentos do trabalho, por referência a valores mínimos legalmente fixados (complementos sociais). <p>Este sistema abrange: O regime Não-Contributivo; O Regime Especial de Segurança Social das atividades agrícolas; Os Regimes Transitórios ou outros formalmente equiparados a não contributivos; O Rendimento Social de Inserção.</p>	<p>Visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram, nomeadamente, as seguintes eventualidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Encargos familiares; Encargos no domínio da deficiência; Encargos no domínio da dependência. <p>As prestações são estabelecidas em função dos rendimentos, da composição e da dimensão dos agregados familiares.</p>

Intervenção social com crianças refugiadas

Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhadores por conta de outrem, ou legalmente equiparados ▪ Trabalhadores independentes ▪ Regimes facultativos <p>O subsistema previdencial é o mesmo para todos os trabalhadores, portugueses ou estrangeiros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cidadãos nacionais ▪ Refugiados ▪ Apátridas ▪ Estrangeiros residentes legalmente em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Generalidade das pessoas ▪ Relativamente aos não nacionais (residentes estrangeiros não equiparados a nacionais por instrumentos internacionais¹⁶, refugiados e apátridas¹⁷)
--	---	---

Para terem acesso às prestações do regime não contributivo, deverão ter residência em Portugal há mais de seis meses.

Sistema de ação social

Desenvolvida pelo Estado, pelas autarquias e instituições particulares sem fins lucrativos.

Tem por objetivo:

- Prevenir situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais.
- Assegurar a especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social, quando estas situações não podem ser superadas pelos subsistemas de solidariedade.

Traduz-se:

- Prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de exceção.
- Prestações em espécie.
- Acesso à rede de serviços e equipamentos sociais de apoio às pessoas e às famílias.
- Apoio a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão social.

Sistema complementar

- Regimes complementares legais:

Visam a cobertura de eventualidades ou a atribuição de prestações em articulação com o sistema público de Segurança Social previstos na lei.

- Regimes complementares contratuais:

Visam a atribuição de prestações complementares do subsistema previdencial na parte não coberta por este.

- Esquemas facultativos:

Visam o reforço da autoproteção voluntária dos respetivos interessados.

Fonte: <http://www.refugiados.net/> (Acesso em 11 de agosto de 2015)

¹⁶O artigo 25.º da Lei de Base prevê que o Estado possa promover a celebração de instrumentos internacionais de coordenação sobre a Segurança Social para garantir a igualdade de tratamento às pessoas e às suas famílias que exerçam a sua atividade ou residam no território dos Estados em causa.

¹⁷A proteção nos encargos familiares (concretizada através do abono de família para crianças e jovens e o subsídio de funeral) abrange os estrangeiros, refugiados e apátridas que reúnem as condições gerais e específicas de atribuição das prestações – Decreto-Lei n.º 176/2003 de 2 de agosto.

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Anexo 3

Quadro 1. Evolução do número de pedidos de asilo em Portugal, entre 2002 e 2015

	20 02	20 03	20 04	20 05	20 06	20 07	20 08	20 09	20 10	20 11	201 2	201 3	20 14	201 5 ¹⁸	
Afeganist ão	7					7			2	4 (1)	4	2 (1)	6	2	3 4
África do Sul	1												1		2
Albânia	6	6	1	1	4					1 (1)			1	1	2 1
Angola	46	23	8	5	6	5		3	11 (6)	6 (1)	4	2	16		1 3 5
Arábia Saudita										1					1
Argélia				2		5					1				8
Arménia	1		6	1	4							3			1 5
Azerbaij ão							2								2
Banglade sh	1				2					2	2	5 (2)	2	1	1 5
Benim								1		1					2
Bielorrús sia	6	3	6		5		2		1	3 (1)	15 (2)	2	2		4 5
Bósnia Herzegov ina			7			16	10	3		6					4 2
Brasil		2			1	3	2	1	2	1	1	2	2	1	1 8
Bulgária		5			2										7
Burquina -Faso												1		1 [1]	2

¹⁸ Pedidos de asilo em Portugal, entre 2002 e Março de 2015.

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Burundi			1			1	2								4
Cabo Verde										1			1		2
Camarões						2		3	1	5 [1]	6	2	7	2	28
Cazaquistão	8														8
Chade								1							1
China			2	1	2		1		2		1		3	22	34
Cisjordânia		1													1
Colômbia	3	5	7	24	5	85	26	15	16 (1)	13 (3)	10 (3)	5	3		217
Comores												1			1
Congo Brazzaville					1		2			2 [1]	3	6	3 [1]	1	18
Costa do Marfim		4			6	5	1		1	17 [2]	11 [1]	15 [1]	17 [1]	4 [2]	81
Croácia									1			1			2
Cuba	11	3	5	5	3	2		1	2		2	3		1	38
Egipto											1		1		2
El Salvador								1			1				2
Eritreia					4	3	5	21			2 [2]	5 (1)	5		45
Espanha	1											1	1		3

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Estónia				1											1
Etiópia				1	1	2	1			5 (4)	1		1	1	1 3
EUA				1									1		2
Federaçã o Russa	13	7	12	7	6	11		2	5 (1)	8 (2)	7 (3)	7	3	2	9 0
França												1			1
Gâmbia	1	1		1				2	2	2	1	7 [1]	1	1	1 9
Gana	1		1	1		1	2		2	1	2		4		1 5
Geórgia	2	7	2	5	1		4	2	4	5	4				3 6
Guiné Bissau	4		3	6	5	7	4	5	10	10 (1)	15	18 (2)	4		9 1
Guiné Conacri	2	1	1	1	6	2	8	18	43 [9]	48 [9]	65[18]	80 (27) [24]	9 (1)	5 (2)	2 8 9
Guiné Equatori al		2													2
Hondura s									1			1			2
Hungria						3						1			4
Iemen									1				1		2
Índia				6		13	2	1	1		1	1			2 5
Indonési a		1													1
Irão	2				1	1	1	4	6 (1)	11 (4)	5	4	10	3	4 5

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Iraque	3	3	1		2		4			5 (1)	2	4	4		2 8
Israel					3					1					4
Jordânia												1			1
Kosovo					1	2						1			4
Líbano					2							1	1		4
Líbia										1	4		5		1 0
Libéria	2	6	6	1	3							1	1		2 0
Macedón ia						1			2						3
Malásia													1		1
Mali											2	26 [5]	21 [5]	10	5 9
Marroco s	1	1		1		1	2			5	4	15	25 [1]	11	6 6
Mauritân ia								16	1	2	1		1		2 1
Moçambi que			1							1					2
Moldávia			1	4	1			1							7
Mongólia	3														3
Myanma r					1										1
Nepal				5	6	1		1			2				1 5
Níger										1					1

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Nigéria	4	2	1	1	6	3	8	10	7	21 (2)	30 [7]	38 [10]	5 [1]		1 3 6
Palestina	1			1			1		1	1	1	2	4	1	1 3
Paquistão		1			1	2		1	4	10 [1]	9 (5) [2]	26	26	15 [2]	9 5
Peru			1	2	1	2	2								8
Polónia	41									1					4 2
Quénia	1								1	4	1				7
Quirguizistão				2											2
R. C. Africana		2								5 (3)			1		8
R. D. Congo	6	3	2	7	6	1	20	6	10 (4)	12 (4)	17 (7) [2]	9 (2) [1]	12 (2)	5	1 1 6
R. F. Jugoslávia	2	2	1												5
República Checa	5														5
Roménia	10	1		1											1 2
Ruanda			1				1	1			1		1		5
Senegal	1	1	2	2	1	2	7	1	2	4 (1)	7 (1)	66 [1]	6 [1]	4 [2]	1 0 6
Serra Leoa	34	3	3	3	4	3	1	2	7 (1)	7 (1)	4 [1]	5	23 [1]	1	1 0 0
Sérvia				1			3								4
Síria											19 (5)	146 (19)	17		1 8 2

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Somália				1		21	3		2 (1)	29 (8)	10 (1)	7 (3)	6		7 9
Sri Lanka	8		1			6	26	8	4 (1)	1	14 (2)	3 [1]	13 [1]	2 [1]	8 6
Sudão		1	3	1			1		1			2 (1)			9
Tadjiquistão									1						1
Togo	1	1						1			1	5	3		1 2
Turquia			4	1	3	1			2	1 (1)	1			1	1 4
Turquemenistão					1	2									3
Ucrânia	3	6	5	1	1		1	5		7 (2)	3 (1)	2	15 7	126	3 1 7
Uganda									1	3	1				5
Usbequistão	2	1	3				2						1		9
Venezuela				2	1								3		6
Zimbábue	2	4						2							8
TOTAL	24 5	11 3	11 2	10 8	12 1	22 2	16 1	13 9	16 0	27 5	299	506	44 2	224	
TOTAL (Crianças)	—	—	—	—	—	—	—	—	25	55	54	81	—	—	
TOTAL (Crianças Não Acompanhadas)	—	—	—	—	—	—	—	—	9	14	31	46	16	10	
	20 02	20 03	20 04	20 05	20 06	20 07	20 08	20 09	20 10	20 11	201 2	201 3	20 14	201 5	

Fonte:<http://www.cpr.pt/> (acesso em 20 de abril de 2015)

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

Anexo 4



Questionário

Este questionário faz parte de um projeto de investigação intitulado *Intervenção social com crianças refugiadas em Portugal*, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga. Pretende-se analisar a perspetiva dos assistentes sociais sobre as estratégias profissionais para o acolhimento e defesa dos direitos das crianças refugiadas.

A Declaração de consentimento informado que se junta deve ser assinada e devolvida.

Declara-se que a identidade fica em absoluto sigilo e que os dados fornecidos servem unicamente à investigação.

Agradeço a sua preciosa colaboração para que a estruturação deste estudo seja possível.

Identificação socioProfissional

1. Idade: _____

2. Sexo: _____

3. Estado civil

a) Solteiro(a)	
b) Casado(a)	
c) União de facto	
d) Divorciado(a)	
e) Viúvo(a)	

4. Instituição de Ensino Superior onde realizou a sua formação académica de base.
_____ Ano de conclusão

4.1. Possui formação pós-graduada?

a) Sim	
b) Não	

4.2. Se sim, identifique o tipo de formação pós-graduada?

a) Pós-graduação	
------------------	--

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

b) Mestrado	
c) Doutoramento	

4.3.Indique a área e o ano de conclusão da formação pós-graduada.

5. Há quanto tempo exerce a profissão de assistente social? _____

6. Relativamente à instituição/organismo em que exerce as funções de assistente social, identifique alguns dados para a sua caracterização.

a) Ano da sua abertura	
b) Pública/privada	
c) Concelho de localização	
d) Valências	
e) Experiência (tempo) de trabalho com refugiados	
f) Entidades parceiras	

7. Tempo de serviço já concretizado na instituição/organismo?

8. Faz parte de uma equipa multidisciplinar dentro da instituição/organismo?

a) Sim	
b) Não	

8.1.Se respondeu Sim à questão anterior, indique o número de elementos da equipa, assim como a sua formação académica.

a) N.º de elementos	
b) Formações académicas	

8.2.Identifique o tipo de contrato com a entidade.

8.3.Indique a carreira profissional que integra.

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

A. Problemas, percurso e intervenção com refugiados

- 9.** Assinale, por ordem decrescente de importância, as principais motivações para a fuga assinaladas pelas famílias e crianças refugiadas.

a) Guerra	
b) Segurança	
c) Desastres naturais	
d) Perseguição política	
e) Pobreza	
f) Outros. Quais? _____	

- 10.** Quais as razões mais indicadas para a candidatura ao estatuto de refugiado. Organize-as por ordem decrescente de relevância tendo em consideração a representatividade das perceções construídas através do contacto direto com refugiados (assinale as alíneas mais representativas).

a) Devido à sua raça	
b) Opção política	
c) Fé e crença professadas	
d) Pertença a um determinado grupo social	
e) Nacionalidade	
f) Outra. Qual? _____	

- 11.** Quais os motivos identificados para o pedido do estatuto de refugiado de famílias com crianças?

a) Guerra	
b) Segurança	
c) Desastres naturais	
d) Perseguição política	
e) Pobreza	
f) Outros. Quais? _____	

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

12. Quais os motivos identificados nos pedidos de estatuto de refugiado das crianças não acompanhadas?

a) Guerra	
b) Segurança	
c) Desastres naturais	
d) Perseguição política	
e) Pobreza	
f) Outros. Quais? _____	

13. Identifique o número de famílias refugiadas com crianças já acolhidas no contexto do exercício das funções de assistente social. _____

14. Quais as solicitações apresentadas pela população refugiada?

15. Explícite a experiência que possui na área do acolhimento de crianças refugiadas em situações de risco. Há quanto tempo trabalha nesta área? _____

16. Quais são as suas principais funções?

17. No exercício das suas funções, quais foram as necessidades mais sinalizadas?

18. Identifique o número e sexo de crianças refugiadas acompanhadas acolhidas no exercício das funções de assistente social.

a) Crianças do sexo masculino	
b) Crianças do sexo feminino	

19. Indique as principais características pessoais, sociais e culturais do refugiado em Portugal.

a) Sexo	
b) Estado civil	
c) Habilitações académicas	
d) Religião professada	
e) Nacionalidade	

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

20. Identifique os principais serviços requeridos no acompanhamento de crianças refugiadas (por ordem decrescente de importância face às necessidades evidenciadas).

a) Prestação de informação jurídica	
b) Aconselhamento e acompanhamento social	
c) Ensino da língua portuguesa	
d) Apoio nos atos administrativos	
e) Explicação da cultura e território portugueses	
f) Capacitação para a autonomia e resiliência	
g) Articulação com serviços pertinentes ao projeto de vida de crianças e jovens	
h) Outros. Quais? _____	

21. Identifique situações que tenham ficado sem resposta.

B. Respostas Institucionais e profissionais aos refugiados

22. Identifique as principais respostas dirigidas aos refugiados, desenvolvidas pela entidade em que exerce a função de assistente social.

23. Quais as respostas da entidade em matéria de ação social, às primeiras necessidades das crianças refugiadas?

24. Tendo em consideração as experiências no âmbito do trabalho do assistente social, assinale os principais princípios básicos na defesa dos direitos da criança refugiada (por ordem decrescente de importância face às necessidades evidenciadas).

a) Direitos à sobrevivência	
b) Direitos relativos ao desenvolvimento	
c) Direitos relativos à proteção	
d) Direitos relativos à educação	
e) Direitos relativos à saúde	
f) Direitos de participação	
g) Outros. Quais? _____	

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

25. Na avaliação e definição do superior interesse da criança da criança refugiada, organize por ordem decrescente de relevância os seguintes fatores.

a) Circunstâncias individuais, particulares de cada criança	
b) Situação familiar	
c) Situação no país de origem	
d) Segurança/insegurança	
e) Riscos aos quais está exposta e, consequentemente, nas necessidades de proteção	
f) Nível de integração no país de acolhimento	
g) Condição física e mental	
h) Condição socioeconómica	
i) Outras. Quais? _____	

26. Quem (serviços públicos – CPCJ, Ministério Público, Tribunais e outros, ou privados – IPSS e outros) tem a responsabilidade de fazer valer os interesses e direitos das crianças_refugiadas?

27. Quais as diferenças de acolhimento dado a menores acompanhados e não acompanhados?

28. As crianças refugiadas acolhidas vêm predominantemente em situações/condições de emergência?

a) Sim	
b) Não	

28.1. Se respondeu Sim na questão anterior, identifique as respostas de emergência.

29. Considera que existem consequências traumáticas do processo de construção do estatuto de refugiado no caso das crianças?

a) Sim	
b) Não	

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

29.1. Se respondeu Sim na questão anterior, identifique-as.

30. É realizado acompanhamento social às crianças acompanhadas?

a) Sim	
b) Não	

30.1. Estas crianças acompanhadas estão sinalizadas pela CPCJ?

a) Sim	
b) Não	

31. É realizado acompanhamento social às crianças não acompanhadas?

a) Sim	
b) Não	

32. Tem conhecimento se as crianças não acompanhadas têm contacto com as suas famílias?

a) Sim	
b) Não	

32.1. Se respondeu Sim na questão anterior, indique a frequência dos contactos?

a) Frequentes	
b) Esporádicos	
c) Raros	

32.2. Se respondeu Não na questão 32, indique algumas das razões para a inexistência de contacto.

33. Identifique a forma como são desenvolvidos estes contactos com as famílias?

34. As crianças que não beneficiam deste tipo de contactos expressam dificuldades devido à separação em relação aos seus progenitores?

a) Sim	
b) Não	

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

34.1. Indique algumas das dificuldades reconhecidas nas crianças, resultantes da ausência destes contactos com os progenitores?

34.2. Identifique algumas das preocupações profissionais relacionadas com o trabalho desenvolvido com as famílias ou substitutos nas situações de crianças desacompanhadas.

35. Como classifica as respostas estruturadas da entidade face às características e necessidades específicas da população refugiada?

a) Muito bom	
b) Bom	
c) Suficiente	
d) Insuficiente	

36. Identifique as fases seguidas pelos processos/casos rececionados?

37. A entidade em que exerce funções trabalha em parceria com outras entidades?

a) Sim	
b) Não	

37.1. Se sim, identifique as parcerias específicas dirigidas à intervenção junto dos refugiados.

38. Existe algum guião/protocolo com procedimentos e diretrizes nacionais e/ou internacionais a observar no acolhimento de refugiados?

a) Sim	
b) Não	

39. Existe algum tipo de regulação/supervisão da atividade desenvolvida no âmbito do acolhimento de refugiados?

c) Sim	
d) Não	

Intervenção social com crianças refugiadas
Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal

40. Como classifica o(s) apoio(s) do Estado português às crianças refugiadas?

a) Muito bom	
b) Bom	
c) Suficiente	
d) Insuficiente	

41. Quais as lacunas que identifica nas respostas existentes face às necessidades manifestadas?

42. Indique as principais estratégias profissionais do Serviço Social adotadas no trabalho com as crianças refugiadas?

43. Que sugestões indica no sentido de melhorar as respostas existentes?
